



Número: **0802310-09.2018.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **03/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.281,25**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
835526	05/02/2018 15:23	Petição Inicial	Petição Inicial
835545	05/02/2018 15:23	02-Procuração e Documentos Pessoais	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
835556	05/02/2018 15:23	03-Declaração de Hipossuficiencia	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
835561	05/02/2018 15:23	04-OFFICIO 187-13-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
835562	05/02/2018 15:23	05-B.O, Atendimento Bombeiros, Ato Declatorio e Outros	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
835566	05/02/2018 15:23	06-Prontuario Médico HUT	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
835569	05/02/2018 15:23	07-Prontuario Médico HGV	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

**PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO E REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ANEXO A
PETIÇÃO INICIAL**





Procedório Advocacia e Assessoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedório da Silva
OAB/PI Nº 12.813



PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: Marcos Vinicius Lima dos Santos
Nacionalidade: brasileira Estado Civil: Solteiro
RG: 000117437499-0-SSP/MA CPF: 607.050.903-02
Profissão: Estudante
Endereço: Rua Francisco Moura Araújo, nº 3190, Bairro: Novo Horizonte,
Cidade de Teresina - PI, CEP: 64.079-225

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO
PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)
Carteira de Identidade RG nº: 2.684.877 – SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI
CPF nº: 023.365.163-22 CPF nº: 703.754.703-44
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias – 782, Vermelha, Teresina – PI (CEP: 64019-330).

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no **Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, xxxv, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC**, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad - judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 38 do CPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, **REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS** e substabelecer esta em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de.

Teresina - PI, 27 de dezembro de 2017.

Marcos Vinicius Lima dos Santos

- Outorgante -



Bombeiro
23.05.2017
Av. Francisco Marmo
Loteamento Cidade Verde
Prox: ao Campo
às 19:30

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

000117437499-0 26/10/2010

MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS

RAIMUNDO NONATO LIMA E MARIA DOS REIS
DOS SANTOS

PARANAPAMA - MA 22/04/1994

NASC. N. 48486 FLS. V. 34 LIV. A-62

607050903-02 592-10

P-241

VIA-02

LEIN7116DE20083

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DE SEGURANÇA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE IDENTIDADE

Carteira de Identidade

Assinatura: Marcos Vinicius Lima dos Santos

Foto



TELEMAR NORTE LESTE S/A

CNPJ: 33.000.118/0010-80 - INSC. ESTADUAL: 193002515

MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS
RUA FRANCISCO MOURA ARAUJO, 03190 - AP8
NOVO HORIZONTE
64078-225 TERESINA

2ª VIA

Referência

DEZEMBRO / 2016

Telefone

(86) 3234-7395

Vencimento

02/05/2017

Total a pagar

R\$ 73,60

Resumo da sua fatura:



OI FIXO

OUTROS PACOTES E SERVIÇOS MENSAIS

R\$ 21,00

21,00



OI VELOX

OFERTA VELOX E SERVIÇOS DE BANDA LARGA
ASSINATURA VELOX

R\$ 48,02

48,02



EXCEDENTES, OUTROS SERVIÇOS E TAXAS

OUTROS VALORES

R\$ 4,58

4,58

Lembrete: Agora os demonstrativos
e cobrança do seu Oi Fixo e da sua Oi TV
estão juntos num mesmo envelope.
Pague com o código de barras abaixo.



SUA CONTA ESTÁ EM DÉBITO AUTOMÁTICO?

Facilite a sua vida e não se preocupe mais com o data de vencimento. Acesse www.oi.com.br e saiba mais.



TELEMAR NORTE LESTE S/A

CNPJ: 33.000.118/0010-80 - INSC. ESTADUAL: 193002515

AV FR SERAFIM, 1782 CENTRO - TERESINA PI CEP: 64001-020

MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS

TELEFONE / CONTRATO: 3234-7395 CJ: 0 SU: 6

CONTA: 12 / 2016 LOCAL: 06101 DV: 8

84670000000-9 73600024030-8 22031500323-0 47395061612-7



FATURA N.: 800025186827

VENCIMENTO: 02/05/2017

VALOR A PAGAR: 73,60

CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 130800250219



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu Marco Vinicius Lima dos Santos,
brasileiro(a), estado civil solteiro, portado do RG
nº 0003874 37499-0-SSP/MA e CPF nº 607.050.903-02,
residente e domiciliado: Rua Francisco Moura Araújo,
nº 390 Bairro: Novo Horizonte complemento Ap. 06
Cidade Teresina UF PI, **DECLARA(O)** para os fins de
obtenção de Assistência JUDICIÁRIA Gratuita que é
reconhecidamente pobre, não tendo recursos que lhe permitam
custear as despesas referentes a um processo judicial de **AÇÃO
DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE
SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE
DE TRANSITO**, sem prejuízo de seu próprio sustento, vez que
percebe mensalmente a importância líquida de R\$: 880,00 (mais
ou menos) a título de Auxílio Doença e que está necessitando com
urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela
Justiça, tudo nos termos das Leis 5584/70 e 7.115/83, com a
redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1.060/50.

Teresina - PI, 27 de dezembro de 2017.

Marco Vinicius Lima dos Santos





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDONDIAMENTO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

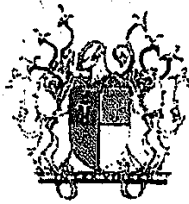
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



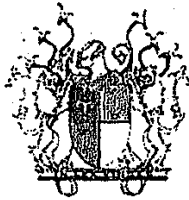


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii)* em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv)* nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v)* a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi)* tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii)* a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix)* em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

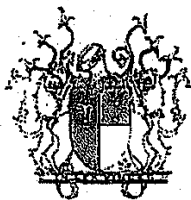
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

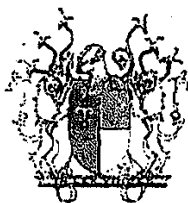
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

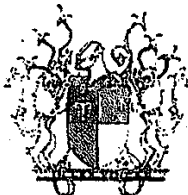
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o subscrito
Parece, de Conselho
Tribunal de Contas
jul de 1997, para
atribuição - que se
introdução, para
o fim de
Tr





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.003768/2017-51

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO pelo Registro: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos

Data/Hora: 04/09/2017 - 15:27

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

23/05/2017 - 19:00

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Bairro

PARQUE JUREMA

Endereço

AV. ITARARE, Nº

Complemento

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS 23 ANOS

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 0001174374990

Mãe: MARIA DOS REIS DOS SANTOS

Endereço: RUA FRANCISCO MOURA ARAUJO AP-06, Nº

Bairro: NOVO HORIZONTE

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-9570-8507

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE VEIO COMUNICAR QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 150 TITAN, ANO 2015, PLACA PSG-4268, PROPRIETÁRIO DAVID BARROS DE OLIVEIRA, CPF 762463023-00, RELATA A VITIMA QUE TRAFEGAVA NA CITADA AV. QUANDO ESTAVA ATRÁS DE UM ONIBUS, QUANDO ESTAVA FAZENDO UMA ULTRAPASSAGEM, VINHA UM VEICULO NO SENTIDO CONTRÁRIO COM O FAROL DESLIGADO E COLIDIU COM A MOTO DA VITIMA, LESIONADO FOI SOCORRIDO PELO CORPO DE BOMBEIRO E ENCAMINHADO PARA O HUT, PRONTUÁRIO 444170, DEPOIS TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL GETÚLIO GARGAS, PRONTUÁRIO 250924. ERA O QUE TINHA A NOTICIAR

Almiralce Ribeiro Lebre Carlos - Mat. 0097616

AGENTE DE POLÍCIA
Almiralce R. Lebre Carlos
Escrivã Especial
Mat.: 009761-6

MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS 23 ANOS - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



ESTADO DO PIAUÍ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
QUARTEL DO COMANDO GERAL
COMANDO OPERACIONAL



Certidão de Ocorrência nº 279/2017

CERTIFICO, a requerimento da pessoa interessada, a Senhora Andressa Laurinda da Costa Sousa, RG 2.956.420, CPF 055.031.113-03, residente e domiciliada à Rua 09, nº 2527, bairro São Benedito, no município de Timon, Estado do Maranhão, Telefone (86) 99819-1714, conforme Protocolo Geral nº AA.321.1.003385/17-76, datado de 25/08/2017, que revendo o Livro de Relatório do Comandante de Socorro nº 145/2017 do 2º Ten. QCOBM Francisco Carlos DA CRUZ Silva, referente ao serviço do dia 23 para o dia 24 de maio de 2017, foi encontrado o seguinte registro:

III – OCORRÊNCIAS

7. Acidente Automobilístico (Queda de motoqueiro)

Às 19:48hs, atendendo a solicitação da Senhora Jessica Camila Barroso, fones 99842-2883, para ocorrência de queda de motoqueiro, localizada na Av. Itararé, s/n, B. Francisco Marreiros. Às 19:49hs foi deslocada a 1ª guarnição GU/Resgate, chefiada pelo 3º Sgt BM Eldean, que chegando ao local atenderam o Senhor Marcus Vinicius Lima dos Santos, D.N. 22/04/1994, fone 99550-9341, residente na Quadra 33, casa 02, Conj. Renascença – TE/PI. A vítima foi encontrada em decúbito dorsal, consciente, orientada, com dores no membro inferior direito. Após imobilização, foi conduzida para o HUT. Retorno às 21:12hs.

Teresina-PI, 28 de agosto de 2016


JOSÉ ARIMATEIA REGO DE ARAÚJO – Cel. BM
Comandante Operacional de Bombeiros

Comando Operacional de Bombeiros / e-mail: operacional.comando@bol.com.br / Telefone: (86) 98876-3360



Declaração do Proprietário do Veículo

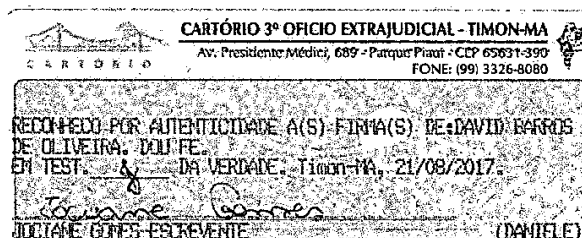
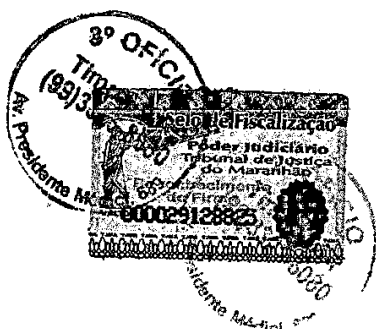
Eu, David Barros de Oliveira,
RG nº 1.507.989, data de expedição 19/08/16,
Órgão SSP-PI, portador do CPF nº 762.463.023-00 com
domicílio na cidade de Timon, no Estado de
Maranhão, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Av. Paulo Rameos, nº 950,
complemento Centro, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Marcos Vinicius Lima dos Santos, cujo o condutor era
Marcos Vinicius Lima dos Santos.

Veículo: Moto
Modelo: Honda CG 150 Titan ESD
Ano: 2015
Placa: PSG 4268
Chassi: 9C2KC1650FR206322
Data do Acidente: 23.05.2017
Local e Data: Timon-MA 21 de Agosto de 2017

David Barros de Oliveira
Assinatura do Declarante

Marcos Vinicius Lima dos Santos

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro.)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - MA Nº 013002421544
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 01 CDD: RENAVAM: 1060201322 R.N.T.R.C.: EXERCÍCIO: 2017

NOME: DAVID BARROS DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 762.463.023-00 PLACA: P584268

PLACA ANT.: U.F.: V. NOVO: BA CHASSI: 9C2KC1650F206322

ESPECIE TIPO: PAS/MOTOCICLETA COMBUSTIVEL: ALCO/5480L

MARCA/MODELO: HONDA/CG 150 TITAN ESD ANO FAB: 2015 ANO MOD: 2015

CAP/POT/OIL: 00002P/0149-CI CATEGORIA: PARTICU COR PREDOMINANTE: PRETA

COTA UNICA: 1703/17 VENC. COTA UNICA: 1.00000000

FAIXA IPIVA: 01.00 PARCELAMENTO / COTAS: 2.00000000

PREMIO TARIFARIO (R\$): 180.85 IOF (R\$): 0.70 PREMIO TOTAL (R\$): 1815.50 DATA DE PAGAMENTO: 09/03/17

OBSERVAÇÕES: 0112322

AF: ZACH CUBO DO HONDA TUD

LOCAL: JABARA DATA: 09/03/2017

EXERCÍCIO: 2017

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS E MATERIAIS POR VEICULO
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NA OBRIGATORIO SEGURO DPVAT

MA Nº 013002421544 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: 2017 DATA EMISSÃO: 09/03/2017

VIA: 01 CDD: RENAVAM: 1060201322 CDD: RENAVAM: 1060201322

CPF/CNPJ: 762.463.023-00 PLACA: P584268

ANOS FAB: 2015 CAT. IPIVA: 09

MARCA/MODELO: HONDA/CG 150 TITAN ESD

CHASSI: 9C2KC1650F206322

PREMIO TARIFARIO

FNS (R\$): 01.29 DEBTRAT (R\$): 9.03 CUSTO DO SEGURO (R\$): 90.93

CUSTO DO BILHETE (R\$): 4.15 IOF (R\$): 0.70 TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$): 185.50

PAGAMENTO: COTA UNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO: 09/03/17

SEGURODORA LIDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04

0506720 - MA 007 01305



CARTÓRIO E OFÍCIO EXTRAJUDICIAL TIMONIA
AN. Presidente: MARCELO GEB - Presidente: MARCELO GEB - FONE: (98) 3326-0888

CERTIFICADO DE AUTENTICAÇÃO
CERTIFICADO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM A ORIGINAL
EXIBIDA NESTAS NOTAS. DOU FE
EM 15/03/2017 ÀS 14:00 HORAS. Timon-MA, 21/03/2017.

JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA
OUIRE QUE ESTE DOCUMENTO

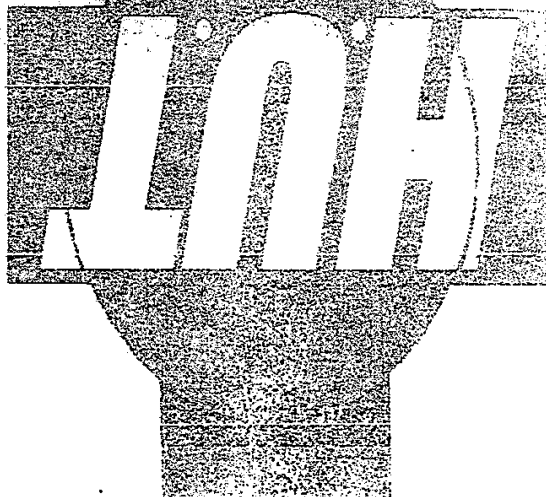


SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
A SUA UTILIZAÇÃO.

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 24/11/190

NOME DO PACIENTE: *Francisco Procedomio da Silva*

HOSPITAL
DE URGENCIA
DE TERESINA





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

circunata Brasil
Quero Fazer

BOLETIM DE ENTRADA - BE

Imp: 23/05/2017 20:39:31

Oper: AURICELIA TEIXEIRA

Estação: ACT-11

DADOS DO PACIENTE:

Nome:	MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS	Prontuário:	444170
Mãe:	MARIA DOS REIS DOS SANTOS	Pai:	
End. Resid.:	QD 33 CS 02 - CONJ. RENASCENCA - TERESINA - PI - CEP: 64000-000		
Nascimento:	22/04/1994	Idade:	23a:1m:1d
Responsável:	O MESMO	Sexo:	Masculino
Profissão:	ESTUDANTE	Fone:	86-99550-9341
G. Instrução:	Superior Incompleto	CNS:	706009360006045
End. Local.:	- - -	Documento:	CPF: -
		E. Civil:	Solteiro(a)

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	608554	Data:	23/05/2017 20:28:02	Condução:	ASSISTÊNCIA DE RESGATE BOMBEIROS		
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)				Convênio:	S U S	
Acid. Trab.:	Não	Acid. Trajeto:	Não	Acid. Trab. Típico:	Não	CID Secundário:	V299

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma:	Evento Principal:	Destino:	Classificação:
TRAUMA MAIOR	Dor intensa	CIRURGIAO GERAL	Laranja
Breve História:	Profissional Clas. Risco:		
VITIMA DE ACIDENTE DE TRÁNSITO (COLISÃO MOTO COM CARRO). REFERE DOR NO QUADRIL E NO OMBRO DIREITO. NEGA TRAUMA DE CRÂNIO.	AURICELIA FERNANDES TEIXEIRA COREN 166059 Em: 23/05/2017 20:39:21		

DADOS CLÍNICOS: (Hora: ____:____)

Pete vítima de acidente motociclístico em uso de capacete. Refere dor em ombro direito e coxa direita. Vias aéreas permeáveis. AP: MV+, audível, SI ruídos adventícios; ACV: SI alterações; Abdome indolor a palpação. Glasgow 15 - extimul unilateramente.

PA: ____ X ____ mmHg	Pulso: ____	FC: ____ bpm	Temp.: ____
Diagnóstico Inicial:	CID:		

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

*1 - Exame físico
2 - Exame de radiografia
3 - Hemograma*

MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

DATA: ____/____/____ HORA: ____:____:____

Se Interna, indicar: Alunos, Internos, Residência, Especialistas, etc.
Se Ambulatorial, indicar: Ambulatorial, etc.
Se Emergência, indicar: Emergência, etc.

Procedimento: ____ CID: ____

Rosivanna Silva Mendes Oliveira
Assinatura Paciente ou Responsável

Antonino Neto Coelho Moita
Angiologia e Cirurgia Vascular
Assinatura - Profissional Médico



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

Imp: 23/05/2017 20:39:29

LAWICELIA TEIXEIRA

DADOS DO PACIENTE:

Nome: MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS		Prontuário: 444170
Mãe: MARIA DOS REIS DOS SANTOS	Pai:	
End. Resid.: QD 33 CS 02 - CONJ. RENASCENÇA - TERESINA - PI - CEP: 64000-000		
Nascimento: 22/04/1994	Idade: 23a:1m:1d	Sexo: Masculino Fone: 86-99550-9341
Responsável: O MESMO		CNS: 706009360006045
Profissão: ESTUDANTE		Documento: CPF:
G. Instrução: Superior Incompleto		E.Civil: Solteiro(a)
End. Local.:		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 608554	Data: 23/05/2017 20:28:02	Clas. Cor: Laranja
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		Convênio: S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação: 23/05/17	ESPECIALISTA: MOTOCICLISTA
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	
Luxação de quadril a D	
Ac PC	
Carimbo/Assinatura Solicitante	

DADOS DO PARECER: Data/Hora: / / : :
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer**DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):**

Data/Hora Solicitação: / / : :	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	
Carimbo/Assinatura Solicitante	

DADOS DO PARECER: Data/Hora: / / : :
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer



191197
 Urgeão Emissor: 222100001 Internação Hospitalar (AIH)

AIH : 221710129183-4
 UNI : H.U.T (PROF.ZENON ROCHA)

LAUDO PARA SOLI
 DE INTERI

MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS

NASCIMENTO
 22/04/1994

Identificação do Es

D.LIBERA: 02/06/2017

DT. LAUDO : 26/05/2017

1- Nome do estabelecim

PROCED. : 0408020334 TRATAMENTO: CIR. RBICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA D

HOSPITAL DE UR

OP.SIST: WELLINGTON

CID : 8422

Aarão Cruz Mendes
 Ass. de Auditoria: ORCAA/FMS
 CNIA - 111111111111111111
 CNS 203833996150008

2-CNES
 5828856

Código da
 Internação:

4-CNES
 5828856

191197

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5- Nome: MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS	6 - Prontuário: 444170
7-CNS: 706009360006045	8-Nascimento: 22/04/1994
9-Sexo: Masculino	RG: 000117437499 -
11-Mãe: MARIA DOS REIS DOS SANTOS	12-Fone: 86-99550-9341
13-Resp: (O MESMO)	14-Cor: Parda
15-Ender: QD 33 CS 02 - CONJ. RENASCENÇA - CEP: 64000-000	16-Munic: TERESINA
17-Cod. IBGE: 221100	18-UF: PI
19-CEP: 64000-000	

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

1 - Principais sinais e sintomas clínicos:

Do no ombro D

21 - Condições que justificam a internação:

Fratura

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):

Rx

23-Diagnóstico Inicial:

Fratura da extremidade superior do úmero

PROCEDIMENTO SOLICITADO

8-Cod.Proced.: 0408020334	27- Procedimento Solicitado: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DO UMEMO
29-Clinica:	30- Caráter: Ident.: 02
31-Docum.: 001.663.217-61	32-Doc. Méd. Solic.: 001.663.217-61
33- Nome Profissional Solicitante/Assistente: YURI JIVAGO FELIX	34- Data Solicitação: 26/05/2017

Dr. Yuri Jivago Felix
 Ortopedista Traumatologista
 CRM-PI: 2308/CRM-MA: 3637

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito	37- () Acidente Trabalho Típico	38- () Acidente Trabalho Trajeto
45 - Vínculo com a Previdência:	() Empregado	() Empregador
() Autônomo	() Desempregado	() Aposentado

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47- Data Autorização:
48- Documento:	49- Num. Documento:
() CNS	() CPF
51 - Assinatura Paciente ou Responsável:	

Fabienne Camilo da Silva Pires
 Assessoria de Auditoria FMS
 CPF: 201.114.713-34
 Conselho Regional de Medicina do Brasil - CRM-PI



19/11/97

FOLHA DE ANESTESIA



NOME DO PACIENTE		UNIDADE DE SAÚDE		Nº DE REGISTRO	
DATA	26/05/12	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA
EXAMES DE URINA	DOS. URÉIA				
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA					
SISTEMA CIRCULATÓRIO					
SISTEMA RESPIRATÓRIO					
SISTEMA DIGESTIVO					
SISTEMA URINÁRIO					
ESTADO MENTAL					
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO					
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)					
AGENTES ANESTÉSICOS		OXIGÊNIO		TOTAL DE DOSES	
LÍQUIDOS		SO-UTO		SANGUE	
TEMPERATURA		Cº		PULSO	
INÍCIO E FIM ANESTESIA		INÍCIO E FIM OPERAÇÃO		RESPIRAÇÃO	
SÍMBOLOS		DURAÇÃO		INCIDENTE - ACIDENTE	
TECNICAS		OPERACOES		CIRURGIAS	
ANESTESISTAS		CONDICAOES POS-OPERATORIO		IMEDIATAS	
PARTICULARIDADES					

MOD. 76 - HUT



PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	IDADE	CLÍNICA	ENF. OU AP	LEITO	MÉDICO ASSISTENTE
MARCO VINÍCIUS LIMA DOS SANTOS		444170	23	Ortopédica	223		
DATA/HORA CÓDIGO	PREScrição Médica				HORÁRIOS	OBSERVAÇÕES	
DI: 23/05/2017	LUXAÇÃO DE QUADRIL + UMEROS					10h Realizado Exame -	
27/05/17	Assido curativo					Fico na FO do USD	
	1 Dieta oral livre					(Combr): Compree	
	2 Jelco salinizado					prescrição médica: Tór.	
	3 Ranitidina 50mg _01 amp + AD EV 8/8hs					excl: Hb - correção	
	4 Tilatil 20mg _01 amp + AD EV 12/12hs					15.40h Tax = 37, PR =	
	5 Paracetamol 500mg 1comp VO 6/6h					180/90 mmHg. Instab.	
	6 Clexane 40mg 1amp SC 1X/DIA					Não convulsionado de he-	
	7 Curativos diários					múscias conforme pres-	
	8 Cuidados gerais e sinais vitais					crição médica: 3º vol-	
	600ml Wintendo					na com volume: 343 ml	
	Dr. Yuri Jivago Félix Ortopedista Traumatologista CRM 112304/CRM-UBA-3637					Tór. ex. Valves - corre-	
						glossia	
						0122170523142	
						7.10.2017. HBV	
						CONV. 364	
Dr. Giordano Gonçalves / Dr. Yuri Jivago Félix / Dr. Ricardo S. Valença / Dr. Paulo H. L. Pestes Filho Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia CRM3415-TEOT-14029 / CRMP12308 / CRM3766-TEOT-11305 / CRM3367							



SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA

Marco Vinicius Lima dos Santos

HORÁRIO DE ADMISSÃO 15 hs 05 min TIPO DE ANESTESIA GERAL IDADE 23 anos DATA 26/05/2017

CIRURGIA REALIZADA _____ CIRURGIÃO _____

SINAIS VITAIS	ADMISSÃO	HORÁRIO	SAÍDA
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)	<u>148/73</u>		<u>135/76</u>
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)	<u>80</u>		<u>86</u>
SATURAÇÃO DE O ₂ (%)	<u>98%</u>		<u>99%</u>
TEMPERATURA AXILAR (°C)			
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)			
NOME/MATRÍCULA	<u>Carla</u>		

ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK

ATIVIDADE MUSCULAR	ADMISSÃO	SAÍDA
Movimenta os quatro membros	<u>2</u>	<u>2</u>
Movimenta dois membros	<u>1</u>	<u>1</u>
É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	<u>0</u>	<u>0</u>
É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	<u>2</u>	<u>2</u>
Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	<u>1</u>	<u>1</u>
Tem apnéia	<u>0</u>	<u>0</u>
PA em 20% do nível pré-anestésico	<u>2</u>	<u>2</u>
PA em 20-48% do nível anestésico	<u>1</u>	<u>1</u>
PA em 50% do nível pré-anestésico	<u>0</u>	<u>0</u>
Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	<u>2</u>	<u>2</u>
Desperta, se solicitado	<u>1</u>	<u>1</u>
Não responde	<u>0</u>	<u>0</u>
É capaz de manter saturação de O ₂ maior de 92% respirando em ar ambiente	<u>2</u>	<u>2</u>
Necessita de O ₂ para manter saturação maior que 90%	<u>1</u>	<u>1</u>
Apresenta saturação de O ₂ menor que 90%, mesmo com suplemento de O ₂	<u>0</u>	<u>0</u>
ESCALA DE DOR ADMISSÃO	<u>09</u>	<u>10</u>
ESCALA DE DOR ALTA		

() Sonda Vesical	() Dreno de Sucção	() Dreno Torácico	() DVE	() Colostomia	Sonda () Nasogástrica
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL		

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

15:05 Admitido na SRPA em POF de 110 cmHg, consciente, calmo, apresenta respiração em ambiente com 98% de saturação.

16:30 Encaminhado ao PA e ortopedia.

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ALTA SRPA

ENCAMINHAMENTO [] EXTERNO [] SALA DE GESSO [] IMAGENS E GRÁFICOS []

POSTO: [] [] [] [] EMERGÊNCIA PED. UTI: [] PED [] NEURO [] GERAL [] [] QUEIM. CLÍNICA: [] PED [] [] NEU [] CIR [] MÉD

230 / 223





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

FMS
Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº 191046
Proc. Nº _____
Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 23 / 05 / 2017

NOME DO PACIENTE: <u>Marcos V. B. dos Santos</u>	PRONTUÁRIO Nº: <u>444170</u>
DIAGNÓSTICO: <u>lesão no pé (01)</u>	CIRURGIA: <u>lesão no pé</u>
ANESTESIA: <u>Raque</u>	Nº DA SALA: <u>05</u>
CIRURGIÃO: <u>[assinatura]</u>	CPF Nº: <u>[assinatura]</u>
AUXILIAR: <u>[assinatura]</u>	CPF Nº: _____
ANESTESISTA: <u>Dr. João Nilson</u>	CPF Nº: _____
INSTRUMENTADORA: <u>Alcantara</u>	CPF Nº: _____

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI	UNID.	—	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº <u>7.5</u>	PAR	01	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº <u>8.0</u>	PAR	01	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	06	
ALCOOL 70%	ML	50		PVPI DE GERMANTE	ML	100	
ALGODÃO <u>branco</u>	BOLA	02		PVPI TÓPICO	ML	50	
ÁGUA OXIGENADA	ML	50		PVPI TINTURA	ML	—	
COMPRESSA <u>7</u>	PAC.	01		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	02	
ESPARADRAPO	CM	40		SERINGA 5CC	UNID.	02	
ESCALPE Nº	UNID.	—		SERINGA 3CC	UNID.	—	
FORMOL	ML	—		SORO FISIOLÓGICO <u>500ml</u>	FRASCO	01	
GASES <u>510</u>	PAC.	03		SONDA URETRAL	UNID.	—	
JELCO Nº <u>18</u>	UNID.	01		<u>Crepom</u>	unid	02	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG							
CAT. GUT. SIMPLES S/AG							
CAT. GUT. CROMADO C/AG							
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALCOFIL							
MONONYLON							
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE: <u>Brando</u>			
PROLENE							

MOD - 094





FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA DR. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

centro cirúrgico

Nome do Paciente

Marcelo Viana Lima dos Santos

Diagnóstico pré-operatório

Lesão de pâncreas

Operação - Tipo

Ressecção de pâncreas

Cirurgião

Dr. José Wilson

1º Assinante

11

2º Assinante

3º Assinante

11

Instrumentador(a)

Dr. Antônio

Anestesiista

Dr. José Wilson

Anestesia

Raque

Anestésico(a)

Data da Operação

08-23-05-2017

Início

21:30

Fim

22:00h

Diagnóstico Pós-operatório

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

Ressecção de pâncreas

Dr. José Wilson

Dr. Antônio

Dr. José Wilson

Dr. José Wilson

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 05/02/2018 15:22:28

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 05/02/2018 15:22:28

MOD: 76 - HUT



FOLHA DE ANESTESIA



UNIDADE DE SAÚDE

Nº DE REGISTRO

NOME DO PACIENTE: <u>Monas Vinicius Lino dos Santos</u>		DATA: <u>22/05/17</u>		P. ARTERIAL: <u>130/70</u>	PULSO: <u>74</u>	RESPIRAÇÃO: <u>14</u>	TEMPERATURA: <u>37,0</u>	PESO: <u>60,0</u>	ALTURA: <u>1,70</u>
EXAMES DE SANGUE		GR. SANGÜÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA		
EXAMES DE URINA									
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA						ELETROCARDIOGRAMA			
SISTEMA CIRCULATÓRIO						ASMA		BRONQUITE	
SISTEMA RESPIRATÓRIO						SISTEMA URINÁRIO			
SISTEMA DIGESTIVO						CORTICOIDES		OUTROS	
ESTADO MENTAL						FÍSICOS			
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: <u>Infecção Urinária</u>						APLICADO AS		EFEITOS	
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)						TOTAL DE DOSES			
AGENTES ANESTÉSICOS		OXIGÊNIO		1 2 3		1. Amoxicilina			
LÍQUIDOS		SO-UTO 500		400		2. Analg. - 100mg			
		SANGUE 300		200		3. Montanidina			
		OUTROS 100				4. Plm 136			
TEMPERATURA		Cº		280		5. Plm 136			
P. ARTERIAL		V		240		6. Plm 136			
O		PULSO		200		7. Plm 136			
INÍCIO E FIM ANESTESIA		X		180		8. Plm 136			
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO				160		9. Plm 136			
RESPIRAÇÃO		O		140		10. Plm 136			
				120		11. Plm 136			
				100		12. Plm 136			
				80		13. Plm 136			
				60		14. Plm 136			
				40		15. Plm 136			
				20		16. Plm 136			
				10		17. Plm 136			
SÍMBOLOS						DURAÇÃO			
TÉCNICAS: <u>Raqui anestesia</u>						INCIDENTE - ACIDENTE			
OPERAÇÕES: <u>Redução de fratura de fêmur</u>									
CIRURGIÕES: <u>Chagas</u>									
ANESTESISTAS: <u>Nilson</u>									
PARTICULARIDADES						CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS			

MOD. 76 - HUT

PRESCRIÇÃO MÉDICA

23/233

NOME DO PACIENTE <i>Durissimar Campelo do Bonfim</i>		PRONTUÁRIO	D. NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF ou APT	LEITO
DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES <i>+ lesão de ponto de desloc + Fratura</i>		ALERGIAS		MÉDICO ASSISTENTE/ESPECIALIDADE		
DATA: <i>24/05/17</i> HORA: <i>17</i>		HORÁRIO		OBSERVAÇÕES		
<p>① <i>Recto oral livre</i></p> <p>② <i>SFO, 9% - 500 ml (C) 12/1/14</i></p> <p>③ <i>Cefalotina 1g + AD (C) 666</i></p> <p>④ <i>Diprona - 1mg + AD (C) 666</i></p> <p>⑤ <i>Tilatil 20mg - 1mg + AD (C) 12/1/14</i></p> <p>⑥ <i>Não abelha anti-vo. Hemograma</i></p> <p>⑦ <i>Operar paciente a</i> <i>relação e curativa de fratura</i> <i>5 dias</i></p>		<p><i>Admitido na clínica</i> <i>ortopédica em PT de</i> <i>exeto. Consciente, orientado</i> <i>físico, eufórico. Não</i> <i>alergia medicamentosa</i> <i>e patologias crônicas</i></p>		<p>ENFERMEIRO CORRESPONDENTE</p>		

Dr. Tercio Dantas Moura
Ortopedia e Traumatologia
CRMPI: 3824

MÉDICO/CRM

Mod: 007



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 05/02/2018 15:22:28
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1802051520523360000000800608>
 Número do documento: 1802051520523360000000800608



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS** (Prontuário: 444170)
Endereço: QD 33 CS 02 - CONJ. RENASCENCA - TERESINA - PI CEP: 64000-000
Nascimento: 22/04/1994 Idade: 23a:1m:2d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 191046
Requisição: 745115 Solicitação: 24/05/2017 Solicitante: FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA
Controle: 927408 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ENFERMARIA 230 LEITO 223

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206020015

Data Exame: 24/05/2017

T.C. DE OMBRO DIREITO

O EXAME TOMOGRÁFICO COMPUTADORIZADO DO OMBRO REALIZADO COM CORTES AXIAIS EM PADRÃO DUPLO HELICOIDAL COM ESPESSURA DE 2,0MM, USANDO FILTROS DE ALTA RESOLUÇÃO E DE ALTA DEFINIÇÃO ÓSSEA.

- FRATURA IMPACTADA COM DESTACAMENTO DA PORÇÃO ÂNTERO-MEDIAL DA CABEÇA DO ÚMERO E LUXAÇÃO GLENO-UMERAL POSTERIOR ASSOCIADA.
- DERRAME INTRA-ARTICULAR DE MODERADO VOLUME, DE ASPECTO HEMÁTICO.

(LUIZ CEZAR)

TERESINA - PI 24/05/2017

JOELSON OLIVEIRA MOREIRA

CPF: 335.029.603-30 CRM 2353

Profissional Responsável

Handwritten signature and stamp of the medical professional.





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS** (Prontuário: 444170)
Endereço: QD 33 CS 02 - CONJ. RENASCENÇA - TERESINA - PI CEP: 64000-000
Nascimento: 22/04/1994 Idade: 23a:1m:2d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 191046
Requisição: 745116 Solicitação: 24/05/2017 Solicitante: FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA
Controle: 927409 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ENFERMARIA 230 LEITO 223

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030037

Data Exame: 24/05/2017

T.C. DE QUADRIL

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais dos quadris de 10 mm de espessura com intervalo de 10 mm.

RELATÓRIO:

- FRATURA COMINUTIVA NO ASPECTO PÓSTERO-MEDIAL DO ACETÁBULO DIREITO, COM DESTACAMENTO DE FRAGMENTOS ÓSSEOS PARA A CAVIDADE ARTICULAR.
- FRATURA COMPLETA NO RAMO PÚBLICO INFERIOR À DIREITA.
- ARTICULAÇÕES SACRO-ÍLIACAS COM SUPERFÍCIE E ESPAÇO ARTICULAR PRESERVADOS.
- A RELAÇÃO ENTRE O ACETÁBULO E A CABEÇA FEMURAL ESQUERDA DE APARÊNCIA NORMAL.
- NÃO HÁ EVIDÊNCIA DE LESÕES EXPANSIVAS OU OSTEONECROSE.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 24/05/2017

JOELSON OLIVEIRA MOREIRA

CPF: 335.029.603-30 CRM 2353

Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS** (Prontuário: 444170)
Endereço: QD 33 CS 02 - CONJ. RENASCENCA - TERESINA - PI CEP: 64000-000
Nascimento: 22/04/1994 Idade: 23a:1m:4d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 191046
Requisição: 745559 Solicitação: 26/05/2017 Solicitante: YURI JIVAGO FELIX
Controle: 927918 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ENFERMARIA 230 LEITO 223

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206020015

Data Exame: 26/05/2017

T.C. DE OMBRO DIREITO

O EXAME TOMOGRÁFICO COMPUTADORIZADO DO OMBRO REALIZADO COM CORTES AXIAIS EM PADRÃO DUPLO HELICOIDAL COM ESPESSURA DE 2,0MM, USANDO FILTROS DE ALTA RESOLUÇÃO E DE ALTA DEFINIÇÃO ÓSSEA.

- LUXAÇÃO GLENO-UMERAL POSTERIOR.
- FRATURA COMINUTA NO ÚMERO PROXIMAL, COM ENVOLVIMENTO DO COLO UMERAL, DA GRANDE E DA PEQUENA TUBEROSIDADE UMERALS.
- DENSIFICAÇÃO DOS TECIDOS LIPOMATOSOS DO OMBRO (EDEMA).

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 26/05/2017

LUCIANA MARINHO VIANA BORGES

CPF: 462.797.253-91 CRM-PI 2591

Profissional Responsável



250
924
9
4

Alta
06/17
339435

AIH
SECRETARIA DE SAUDE DO ES
HOSPITAL GETULIO VARGAS
PCT Alérgico
Adipriona

Marcos Vinicius Lima dos Santos
Dr. Wilson Rodrigues
PRONTUÁRIO MÉDICO

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
GERÊNCIA DE ENFERMAGEM

PACIENTE ADMITIDO NA CLÍNICA ORTOPÉDICA

Enf. ____ Leito ____

PRONTUÁRIO	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ECG	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
vern.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
queda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

BOLETIM DE CIRURGIA

CLÍNICA: CTI

LEITO: 270-04

PRONTUÁRIO: 250824

NOME: Marcos Vinícius Lima dos Santos

DATA DE NASC. 22/04/84

DIAGNÓSTICO PRE-OPERATORIO: Doença Luxação de Acretas de 6

CONDIÇÕES CLÍNICAS PRÉ-CIRURGIA:

URGIA:

DR. CARVALHO R. ACETZILLO / Dr. Marcos Vinícius Lima dos Santos

CIRURGIÃO:

JANESOM LEMOS

Nº SALA: 18

AUXILIARES: 1º

DR. CILLES

CRM-PI:

INSTRUMENTADORA

Edicleide

CIRCULANTE:

TÉCNICA E TÁTICA CIRÚRGICA:

1. Anestesia OLHA - DR. CARVALHO R. ACETZILLO
2. Lavar Artroscopia - DR. CARVALHO R. ACETZILLO
3. Redução e fixação Artroscopia - DR. CARVALHO R. ACETZILLO
4. Fixação Artroscopia - DR. CARVALHO R. ACETZILLO

COMPLICAÇÕES TRANSOPERATÓRIAS:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATORIO:

PERDIDA IMPORTANTE DE SANGUE DURANTE A CIRURGIA: () SIM () NÃO ESTIMADA: _____ ML
PARA HISTOPATOLÓGICO: () SIM () NÃO QUAL: _____

CIRURGIÃO (Assinatura e Carimbo)

DR. JOEL CAMPOS NETO
ORTOPEDISTA
CRM-PI 1930 CPF: 380.881.313-68

RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTESIA

PACIENTE: marcos Vinicius Lima Santos LEVANTAMENTO DE RECUPERAÇÃO:

DATA: 06/06/17 HORÁRIO DE ADMISSÃO NA S.R.P.A.: 16:33

QUIRURGIA REALIZADA: trat. cirurg. fratura de acetábulo

TIPO DE ANESTESIA: raque

ALERGIA A:

SINAIS VITAIS

	ADMISSÃO	15'	30'	45'	60'						
P.A.	<u>122/37(79)</u>										
F.C./PULSO	<u>94</u>										
TEMPERATURA											
OXIMETRIA	<u>100%</u>										

EXAME FÍSICO

ÍNDICE DE ALGURETE-KROULINK

MODIFICADO CONSCIÊNCIA

totalmente acordado = 2
parcialmente acordado = 1
sem resposta ao chamado = 0

ATIVIDADE MOTORA

extremidades = 2
extremidades = 1
sem resposta = 0

RESPIRAÇÃO

respirando livremente = 2
respirando com dificuldade = 1
sem resposta = 0

CIRCULAÇÃO (PA)

nível pré-anestésico = 2
abaixo do nível pré-anestésico = 1
acima do nível pré-anestésico = 0

SpO₂

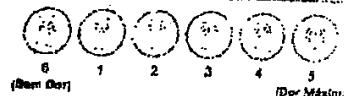
SpO₂ > 92% em ar ambiente = 2
SpO₂ > 90% em O₂ = 1
SpO₂ < 90% em O₂ = 0

TOTAL DE PONTOS

NOTA: 8 A 10 PONTOS

DE ENFERMAGEM:

ESCALA DA ESCORE DA DOR



CONTROLES

- OXIGENOTERAPIA ()
- PUNÇÃO VENOSA CENTRAL ()
- SONDA NASOGÁSTRICA ()
- SONDA NASOENTRAL ()
- SONDA VESICAL DE DEMORA ()
- DRENO DE KHER ()
- DRENO PENROSE ()
- DRENO TORAX ()
- DRENO SUÇÃO ()
- DRENO LAMINAR ()
- COLOSTOMIA ()
- GASTROSTOMIA ()
- TRAQUEOSTOMIA ()

RESPONSÁVEL PELA CHECAGEM:

17:30 paciente liberado de SRPA em POE de Trat. cirurgico de fratura de acetábulo após efeito de raque anestesia, consciente, orientado, PA 120x52 (78 mmHg) bat 100% pulso 110 bpm AUP em MUSE FUNCO

RECEITA MÉDICA	ATESTADO MÉDICO	F. NÃO PADRONIZADO
ENFERMAGEM	EXTERNO	

1022 370480

Anestesiologista - CRM

ETULIO VAI

COM ORIGINAL

10 17

Amanda Machado de Oliveira





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÍLIO VARGAS
COPIA DE PROTOCOLO

BOLETIM DE CIRURGIA

CLÍNICA: CII

LEITO: 270-01

PRONTUÁRIO: 252824

NOME: Marcos Vinícius Lima dos Santos

DATA DE NASC. 22/01/1974

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATORIO: Luxação Luxação do Acromioclavicular

CONDIÇÕES CLÍNICAS PRÉ-CIRURGIA:

CIRURGIA: Treinamento de Atividade

ANESTESIA: Anestesia Geral

INSTRUMENTADORA: 2º

TECNICA E TÁTICA CIRURGICA:

1. Anestesia Geral
2. Lavagem da articulação com solução fisiológica
3. Redução da luxação com tração manual
4. Fixação com fios de algodão

LICAÇÕES TRANSOPERATORIAS:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATORIO:

IMPORTANTE DE SANGUE DURANTE A CIRURGIA: () SIM () NÃO QUAL? ML

PARA HISTOPATOLÓGICO: () SIM () NÃO QUAL? ML

HORA: 06:00:00

CIRURGIÃO (Assinatura e Carimbo): Dr. José Francisco Procedômio da Silva

CRM-P: 158332-2

Nº SALA: 11

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 05/02/2018 15:22:29

30
 Edine
 Mar.
 1940
 230/104

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 05/02/2018 15:22:29
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020515213551000000000800610>
 Número do documento: 18020515213551000000000800610

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
COORDENAÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CIRÚRGICA

Paciente: Marco Vinicius Lima do Espírito Santo DATA DE NASCIMENTO: 22/04/94 Prontuário: 250924 Data: 06/06/17

CHECAGEM ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA		CHECAGEM ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA	CHECAGEM ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA DE CIRURGIA
Responsáveis: Cirurgião (a), Auxiliar, Anestesiista, Enfermeira (a), Instrumentador (a), Circulante			
Identificação (SIGN-IN)	Comunicações (TIME-OUT)	Registros (CHECK-OUT)	
<p>Confirmar com o paciente:</p> <p>Identidade (nome e Data de nascimento): <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Jejum? <input checked="" type="checkbox"/> Sim - Quantas horas? <u> </u> () Não</p> <p>Procedimento programado: <u>Ortopedia</u></p> <p>Sítio demarcado: <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>Usar dispositivo médico? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Está na sala e conferido?</p> <p>Consentimentos informados preenchidos e assinados:</p> <p>Para a anestesia: <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Para a cirurgia: <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Exames de imagem essenciais estão disponíveis?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>Avaliação pré-anestésica realizada (ficha no prontuário):</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Materiais/medicamentos para a anestesia disponíveis na sala?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Monitor cardíaco e Oxímetro de pulso no paciente e funcionando?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>O paciente possui alergia?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Quais? <u>Digoxina</u></p> <p>O paciente tem via aérea difícil ou risco de aspiração?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Equipamentos para assistência disponíveis? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>O paciente tem risco de perda sanguínea > 500 ml (criança > 7 ml/kg)? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Tem acesso endovenoso adequado? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Tem reserva de sangue</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p>	<p>Todos os membros da equipe se apresentaram pelo nome e função</p> <p>Todos os responsáveis confirmaram verbalmente a(o):</p> <p>() Identificação do paciente (nome e data de nascimento)</p> <p>() Procedimento programado</p> <p>() Sítio Cirúrgico demarcado</p> <p>Placa de bisturi posicionada corretamente:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>A profilaxia antimicrobiana foi realizada nos últimos 60 minutos?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>Antecipação de eventos críticos:</p> <p>Equipe cirúrgica: alguma etapa crítica prevista?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim - Qual?</p> <p>() Não</p> <p>Equipe de anestesia: alguma preocupação específica com o paciente?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim - Qual?</p> <p>() Não</p> <p>Checkagem da equipe de enfermagem:</p> <p>Todos os instrumentais estão disponíveis?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Todos os instrumentais estão esterilizados?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Todos os equipamentos necessários estão disponíveis?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p>	<p>Procedimento realizado:</p> <p>Contagem das compressas correta?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>Contagem dos instrumentais cirúrgicos correta?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>Contagem de agulhas correta?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>As amostras/biópsias para a anatomia patológica estão identificadas (nome do paciente e data de nascimento; local anômico de origem; quantidade de amostras)?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>Registros completos no prontuário:</p> <p>Do procedimento intraoperatório <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Do procedimento anestésico <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Todos os medicamentos administrados foram registrados checados?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica</p> <p>Todas as recomendações médicas para os cuidados no pó-operatório imediato estão prescritos?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não</p> <p>Houve algum problema com equipamentos que deve ser resolvido?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim - Qual?</p> <p>() Não</p>	

Cirurgião

Anestesiista

Instrumentador (a)

Enfermeira (a)

Enfermeira (a)

Wana Lara
Enf
CORE



HOSPITAL GETULIO VARGAS
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 08.553.564/0104-43

LAUDO MÉDICO

Dados do Atendimento:

Paciente: **MARCOS VINÍCIUS LIMA DOS SANTOS**

Prontuário: **250924**

Atendimento: **359435**

Sexo: **M**

Dt. Nasc: **22/04/1994**

Idade: **23a 1m 7d**

Dados da Solicitação:

Pedido: **53564**

Data Pedido: **28/05/2017**

Médico Solicitante: **JOSE WILSON RODRIGUES**

Setor Solicitante: **CL. CIRURGICA II**

Unid. Internação / Leito: **CL. CIRURGICA II / CIRII230**

Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Cód. Procedimento: **02.04.06.006-0**

Data do Laudo: **29/05/2017**

RADIOGRAFIA DE QUADRIL DIREITO

- Fratura completa recente no acetabulo direito.

Edna F. Silva
Méd. 2 - 33-6

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE Cópia ORIGINAL
Em, **10/06/17**
Edna F. Silva
Matrícula: 019059-9
CPF: 075.080.303-97
Cópia de Prontuário

Carlos Augusto Moura Fe

CARLOS AUGUSTO MOURA FE
4241





HOSPITAL GETULIO VARGAS
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

LAUDO MÉDICO

Dados do Atendimento:

Paciente: **MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS**

Prontuário: **250924**

Atendimento: **359435**

Dt. Nasc.: **22/04/1994**

Idade: **23a 1m 7d**

Sexo: **M**

Dados da Solicitação:

Pedido: **53564**

Data Pedido: **28/05/2017**

Médico Solicitante: **JOSE WILSON RODRIGUES**

Sector Solicitante: **CL. CIRURGICA II**

Unid. Internação / Leito: **CL. CIRURGICA II / CIRII230**

Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Cód. Procedimento: **02.04.06.009-5**

Data do Laudo: **29/05/2017**

RADIOGRAFIA DE BACIA

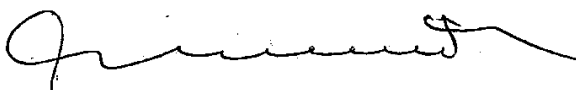
RELATÓRIO:

O estudo radiológico da bacia realizado nas incidências em AP demonstra:

- Fratura completa recente no acetabulo direito.

Amanda Maria de Oliveira
Mat. 250924-5

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM ORIGINAL
EMP. 106/17
Edna Maria de Jesus Silva
Matrícula: 19065-9
CPF: 075.050.303-97



CARLOS AUGUSTO MOURA FE
1341



PRESCRIÇÃO MÉDICA

[illegible]



SUMÁRIO DE ALTA HOSPITAL GETULIO VARGAS

Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Atendimento:
359435

Paciente: MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS		Idade: 23 Anos 1 Mês 5 Dias	Sexo: M	Prontuário: 250924
Endereço: PADRE MALAGRIDA Q33 CASA 02		Nº: 0	Bairro: RENASCENÇA I	Cidade: TERESINA
UF: PI	DT. Nasc: 22/04/1994	Profissão: ESTUDANTE	Telefone: 86 -9955.09341	CPF: 607.050.903-02
Cartão SUS: 706009360006045				

Internação: 27/05/2017	Alta: 08/06/17	às	Permanência: 12 dias
-------------------------------	-----------------------	----	-----------------------------

Diagnósticos:

CID Principal: ☐ ☐ ☐ ☐

CID Secundário: ☐ ☐ ☐ ☐

CID Causa Morte: ☐ ☐ ☐ ☐

Situação na Admissão:

Evolução e Situação na Alta:

Medicações Utilizadas:

Cirurgia: Data: ___/___/___ Tipo: ___

Planejamento Pós Alta ou Motivo da Transferência:

Tipo de Alta: ☐ 1.1.1. Curado ☐ 1.2. Melhorado ☐ 1.4. Pedido ☐ 1.5. Alta com prontuário em aberto ☐ 1.6. Evasão
☐ 1.8. Outro Motivo ☐ 1.9. Alta pac.agudo ☐ 3. Transferência ☐ 4. Óbito ☐ 5. Administrativo

Transferência:

Vaga cedida por: _____

Transporte: _____

Nome: _____

Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residente



HOSPITAL GETULIO VARGAS

Av: Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

359435

Paciente: MARCOS VINICIUS LIMA DOS SANTOS		Idade: 23 Anos 1 Mês 5 Dias		Sexo: M	Prontuário: 250924
Endereço: PADRE MALAGRIDA 033 CASA 02		Nº: 0	Bairro: RENASCENÇA I	Cidade: TERESINA mero:	
UF: PI	DT. Nasc: 22/04/1994	Profissão: ESTUDANTE	Telefone: 86 - 9955.09341	CPF: 607.050.903-02	Cartão SUS: 706009360006045

Internação: 27/05/2017	Alta: 08/06/17	às: _____	Permanência: 12 dias
-------------------------------	-----------------------	------------------	-----------------------------

Diagnósticos:	Situação na Admissão:
CID Principal: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
CID Secundário: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
CID Causa Morte: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

Evolução e Situação na Alta: _____

Medicações Utilizadas: _____

Tipo de Alta: ☐ 1.1.1. Curado ☐ 1.2. Melhorado ☐ 1.4. Pedido ☐ 1.5. Alta com prazo de retorno ☐ 1.6. Evasão
☐ 1.8. Outro Motivo ☐ 1.9. Alta pac.agudo ☐ 3. Transferência ☐ 4. Óbito ☐ Administrativo

Transferência:

Vaga cedida por:

Transporte:

Nome:

Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residente

Amanda Machado de Oliveira
17.04.2017 10:19 - 6